



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

“Cada Ilha o Seu Mundo”: Região e Regionalismo nos Açores

José Manuel de Oliveira Mendes

Introdução

Nesta comunicação pretendemos analisar a relação complexa entre região, regionalismo, movimentos regionalistas e níveis de identificação pessoal. Usamos como estudo de caso o processo autonómico nos Açores. Sendo uma região bem delimitada geograficamente, com autonomia administrativa desde 1976, e onde ocorre uma construção identitária explícita a nível político e cultural, pareceu-nos o campo ideal para uma análise da problemática acima explicitada.

A comunicação começa pela explicitação de algumas propostas teóricas sobre os conceitos de região e regionalismo. Sugere-se que a nível sociológico o conceito de regionalismo torna-se mais operacional do que o de região, permitindo obviar a tendências naturalizadoras sempre subjacentes nas análises regionalistas. De seguida apresenta algumas conclusões derivadas de estudos europeus sobre o regionalismo. Numa terceira parte faz-se uma breve referência a alguns estudos que em Portugal se debruçaram sobre esta temática.

Por último, foca-se o caso dos Açores. Após procurar explicitar o discurso político e governativo sobre a ausência e a necessidade de uma unidade regional nos Açores, analisamos um texto que sintetiza, na nossa perspectiva, a contribuição dos intelectuais açorianos para esta construção identitária. A nível empírico são apresentados alguns dados preliminares de um projecto de investigação em curso, a partir de um inquérito a uma amostra representativa e de algumas entrevistas. A exposição estrutura-se aqui à volta das temáticas da unidade regional, níveis de identificação pessoal e significado dos símbolos regionais (bandeira e hino açorianos).

Da Região ao Regionalismo

Para uma melhor compreensão dos processos económicos, sociais, políticos e culturais activados com a implantação da Autonomia nos Açores, há que teorizar a noção de região (e sobretudo insular), sem cair em reificações, naturalizações ou fetichizações do espaço (como o parece fazer Meistersheim a propósito da Córsega, 1991). A região é um meio e uma consequência de lutas entre os diferentes grupos e classes sociais, ou seja, como afirma Bourdieu (1989a) “o que faz a região não é o espaço mas sim o tempo, a história” (a este propósito ver também Urry, 1981; Harloe et.al.1990).

Com efeito, para Bourdieu o discurso regionalista é performativo e emerge como um produto do estado das lutas simbólicas. Procura a imposição e inculcação da identidade legítima. Na análise da temática regional há que ter em conta o que está instituído e as representações e interesses dos diferentes agentes directamente ligados à região em causa. A reivindicação da existência de uma região aparece sempre, para Bourdieu, em regiões que se caracterizam por serem espaços estigmatizados, dominados, no todo nacional. O regionalismo não é mais do que um caso particular das lutas propriamente simbólicas e que visam a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens simbólicas e económicas correlativas.

Para Anssi Paasi (1986), há que analisar os papéis distintos e os interesses dos líderes, grupos, classes sociais e organizações na reprodução das estruturas de significação e legitimação das regiões. Em consequência da divisão do trabalho, há pessoas e grupos que se especializam na produção e reprodução activas da consciência regional, tentando manter as estruturas de significação institucionalizadas. Tem que se identificar quem são os “empresários da memória”, como lhes chama Michael Pollak (1993), explicitar a lógica social e o trabalho de enquadramento das vivências colectivas. A região é um processo histórico contínuo, cuja institucionalização passa por

quatro fases: a) forma territorial e consciência da mesma; b) desenvolvimento de uma forma simbólica; c) desenvolvimento de instituições próprias que permitem a reprodução das dimensões simbólicas do espaço, ou seja, a produção e consumo do espaço; d) consciência regional ou identidade regional (interna e externa). Esta periodização, se demasiado linear, permite estabelecer parâmetros de análise específicos que ajudam a perceber a emergência, consolidação ou quebra das tendências regionalistas.

As propostas apresentadas constituem um avanço quanto à teorização da noção de região. Contudo, há que procurar problematizar essa noção a partir de uma perspectiva sociológica. Ann Markusen (1983) parte da ideia de que a essência de uma região não é a sua condição económica, nem a sua unidade cultural, nem a sua unidade política. Tais factores só se tornam causas de uma luta regional quando são traduzidos em termos territoriais e políticos. Há que ter em conta as estruturas culturais, políticas e económicas e a sua evolução histórica, interna e externa. A análise sociológica será mais consequente se se substituir ao conceito de região o de regionalismo, definido como uma exigência política de um grupo territorialmente identificado contra um Estado nacional. Esta definição mostra-se operacional porque se define pelas relações sociais, tem uma base territorial que distingue os grupos regionais e liga o território à existência de instituições estatais (arena de luta, uma arena política mesmo que tenha uma base económica ou cultural) e, por último, permite a um dado grupo regional emergir a partir de uma experiência histórica e subjectiva. A economia política do regionalismo remete para três factores: territorialidade, relações sociais regionais (complexas e contraditórias) e Estado nacional. Assim, há diversos tipos e graus de regionalismo conforme as circunstâncias históricas, o que exige uma análise concreta de cada caso.

Nesta linha, também René Dulong (1978) pergunta: “ se as regiões são 'naturais' porque é que não se afirmam sempre como tal”? Para este autor a região não se baseia num princípio apreensível objectivamente, mas é o produto de um trabalho ideológico. Numa problemática sociológica deve-se perguntar: quem produz o discurso? a quem é destinado? que efeitos induz nas práticas sociais? Para Boismensu et al. (1983), no regionalismo, os interesses de classe têm um papel fundamental e os conflitos de classe estão sempre presentes. A luta de classes (regional; regional/nacional) alimenta a produção da região. A região representa a expressão da luta de classes num dado momento (região como objecto sociológico). Só se consegue perceber a região se se tiver em conta as lutas e as alianças entre as classes regionais e nacionais. Os princípios essenciais do regionalismo são: a) estes movimentos derivam das contradições que estruturam as relações sociais; b) a intensificação da luta regionalista não se produz mecânica e directamente. É, sim, uma consequência de uma conjuntura particular, que se analisa qualitativamente; c) o regionalismo é um desafio à política instituída. Concluem que o sentimento de pertença evolui conforme se alteram as relações sociais, as estruturas sociais e os movimentos sociais no tempo. Os movimentos regionalistas são multiformes, pluriclassistas, mas são hegemonzados por uma classe ou fracção de classe.

Num contexto distinto, Enzo Mingione (1993) afirma que o ressurgimento em Itália dos localismos e dos regionalismos só se compreende inserido num processo global de fragmentação das sociedades, de enfraquecimento do sistema de Estados-Nação e da modificação das características dos sistemas de integração social. A persistência e recrudescimento dos factores localistas chama a atenção para o facto de que o processo de socialização ocorre basicamente em instituições particularistas, como a família, e que é baseada na transmissão de valores, gostos e “*know-how*” locais.

Quanto ao regionalismo no contexto da UE, Hebbert (1987) avança cinco pontos: a) o regionalismo pretende uma reforma na distribuição territorial do poder; b) define-se como uma alternativa ao federalismo, não questionando, oficialmente, a soberania do Estado; c) acena com as vantagens da integração política. (se têm voz não procuram a saída); d) avança o argumento do subdesenvolvimento regional baseado, em parte, na divisão territorial de poder dentro dos Estados; e) por último, os regionalistas vêem como complementares os dois níveis de governo, o subnacional e o transnacional. Procuram uma estrutura triangular de poder que ultrapasse o monopólio dos governos nacionais na relação com a CEE. Estes cinco aspectos representam, para o autor, um projecto político coerente.

Regionalismo

Alguns exemplos na Europa

No seu estudo sobre o processo de regionalização italiano Robert Putnam (1993) tinha como problemática central saber quais as condições para a criação de instituições fortes, eficientes e representativas. Mostrou que o processo de criação das regiões levou à emergência de um regionalismo por oposição ao localismo dos dirigentes. Contudo, os governos regionais

italianos continuaram pouco visíveis para o público em geral e para os meios de comunicação de massa. Conclui que as regiões com maior eficiência são as que têm um forte capital social (níveis de confiança elevados, normas e redes sociais que facilitam as acções coordenadas) ou o que o autor chama de regiões cívicas, sendo que uma forte comunidade cívica assenta numa vida associativa bastante dinâmica. Este tipo de análise peca pela procura de um factor explicativo único, não apontando o papel das lutas entre o Estado e as regiões. Como aponta King (1987), as regiões do norte de Itália preparam melhor as leis e os dossiers porque procedem a consultas preparatórias e têm um melhor e mais assíduo acesso aos agentes do governo central. Por outro lado, com o processo de regionalização foram transferidos 15.000 funcionários da administração central para as administrações regionais, o que conduziu à reprodução da inércia da burocracia central, mas também à criação de intermediários com o poder central. Conclui que apesar de a autonomia regional ser elevada e com amplos poderes, o poder permaneceu concentrado no centro.

Costis Hadjimichalis (1987) procedeu a um estudo comparativo interessante sobre o regionalismo nalguns países do sul da Europa. Conclui que as mobilizações regionais, os movimentos regionalistas emergem em consequência da articulação da regionalização e do regionalismo. Enquanto a regionalização é definida como um processo imposto de cima para baixo, pelo Estado, pelos agentes económicos, etc., o regionalismo é uma reacção de um grupo social ou de uma aliança de vários grupos sociais a essa regionalização. Os aspectos económicos, o subdesenvolvimento ou o atraso económico das regiões não explicam directamente os processos de mobilização regional. O que há de comum nos movimentos regionais do Sul da Europa é o argumento ideológico sobre o território.

Tal conclusão é corroborada pelo estudo já clássico de Alain Touraine et al. (1981) sobre a “Occitânia”. Com efeito, o movimento “occitânico” não apresenta um princípio de unidade, mas é sim um trabalho contínuo que procura integrar diferentes componentes. Há um esforço permanente para criar o movimento “occitânico”. Esta construção faz-se a partir de três forças divergentes e fortemente interdependentes: a) definição do actor occitânico em termos culturais (defesa cultural); b) descrição do adversário em termos nacionais (ideologista nacionalista); c) defesa ou renascimento da economia regional (reivindicação económica). O movimento “occitânico” define-se como um movimento antiestatal, o que lhe permite integrar uma consciência nacional e as lutas sociais.

Região e Regionalismo em Portugal

A problemática das regiões em Portugal tem sido analisada quase exclusivamente a partir das diferenciações geográficas naturais, das dinâmicas demográficas e económicas, e das consequentes assimetrias regionais. Postula-se uma unidade inquestionável do espaço português, apesar das diferenciações referidas, e conclui-se pela dificuldade da emergência de movimentos regionalistas. É isso que nos mostram os estudos de Jorge Gaspar, tanto os de

carácter descritivo como prospectivo (1993,1987,1982).^[1] A título de exemplo, no seu artigo com Manuel Lopes Porto (1986), concluem que a intensa mobilidade demográfica interna e externa contribuiu e contribui para a centralização no nosso país e para a formação de uma forte identificação cultural, não permitindo o eclodir de sentimentos regionalistas.

Não há consciência regional para os geógrafos (Daveau,1991:1282 e 1283), mas os inquéritos do IED (Reis e Dias:1993) e de Braga da Cruz (1988 e 1992) indicam a existência de identificações regionais. Contudo, nestes inquéritos havia que problematizar com que espaço regional as pessoas se sentem identificadas, procurando a não-imposição das categorias pré-definidas pelos inquiridores. Não se pede para os respondentes nomearem a região. Ficamos a saber que nas regiões definidas pelos analistas existe ou não uma identificação com um espaço regional, mas não sabemos com qual espaço regional. Filomena Silvano (1994) dá algumas indicações interessantes ao falar de várias escalas de representação do espaço. O espaço regional aparece, no caso analisado, como um sobreinvestimento derivado de mudanças abruptas no espaço local, o que implicou uma reconfiguração da identidade. Por outro lado, os geógrafos (Daveau,1991:1284-1285) detectaram uma certa identificação com as antigas províncias (Beiras, Minho, etc.), isto talvez pelo efeito da socialização escolar. Quanto ao regionalismo em Portugal, Braga da Cruz (1992) entra directamente na luta simbólica pela definição legítima de um regionalismo que chama de cosmopolita, em oposição a um regionalismo tradicional, provinciano e bairrista. Apresenta como mais modernizador e modernizante o regionalismo (será o termo correcto?) de novas elites económicas e políticas. Porque apelidar estas reivindicações de certos grupos de cosmopolitas? Quais os interesses em jogo? Também parece a tendência detectada por Beatriz Trindade (1986), que mostra a importância das Casas Regionais na construção de um regionalismo emergente.

No campo da antropologia, João Pina Cabral (1991) distingue regionalidade sociocultural de identidade regional (político-administrativa), adoptando a noção politética de região, isto é, como uma área dentro da qual há uma maior densidade de intercâmbio sociocultural. Salienta que a região sociocultural não se confina à região sociogeográfica, podendo prolongar-se, por exemplo, nas comunidades emigrantes. Contudo, não nos podemos esquecer que as unidades sociais primárias,

as localidades, as regiões e as nações, não são entidades fixas e homogêneas, mas sujeitas à história, à heterogeneidade cultural, às lutas sociais, económicas, políticas e simbólicas entre as classes e fracções de classe e ao papel da hegemonia na construção de uniformidades (Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 1980; Bourdieu, 1989a; Wolf, 1990).⁴

Isso mesmo sugere Boaventura Sousa Santos (1994) quando afirma que a cultura portuguesa sendo acêntrica e cosmopolita, como forma cultural de fronteira nunca se conseguiu diferenciar totalmente perante as culturas exteriores (défice de identidade pela diferenciação), tendo mantido também uma enorme heterogeneidade interna (défice de identidade pela homogeneidade). O local e o transnacional sempre foram mais fortes do que o nacional, acentuando-se recentemente a política de cultura e propaganda para promover uma espaço-temporalidade cultural nacional homogênea.

O caso dos Açores

No nosso caso, não pretendemos emitir juízos de valor sobre a regionalização como panaceia (como o parecem fazer Jorge Gaspar e Moisés Lemos Martins) ou como uma necessidade quase natural (como o faz Carlos Pacheco Amaral para o caso dos Açores), mas sim apreender os mecanismos sociais, políticos, culturais e simbólicos que levam à emergência e consolidação de dinâmicas

regionalista.^[2] Partimos de uma constatação. Os Açores apresentam-se como uma região bem delimitada geograficamente, com uma história rica em reivindicações autonomistas e até independentistas (Cordeiro, 1992; João, 1991; Leite, 1990; Monjardino, 1989, 1981). Após 1976, com a implantação da autonomia política e com a eleição de órgãos legislativos e executivos próprios, inicia-se a construção oficial e institucional de uma identidade cultural regional, objectivada mais tarde pela criação de uma bandeira e de um hino próprios. A adesão ao projecto autonómico e a justeza do mesmo parecem inquestionáveis para os analistas e para os que vivem directamente essa experiência (Barreto, 1994; Paz Ferreira, 1993). A regionalização e as tendências regionalistas dos

Açores aparecem até como fenómenos naturais (Reis e Dias, 1993; Daveau, 1991).^[3] Mas, num estudo aplicado a uma amostra representativa da população portuguesa em 1990 (Reis e Dias, 1993) só 26% dos açorianos inquiridos declararam identificar-se com a região, enquanto que na Madeira esse valor sobe aos 44%. Num inquérito, por nós coordenado, aplicado a uma subamostra representativa das ilhas Terceira e S. Miguel em 1995, introduzimos um novo nível de identificação que

era a ilha.^[4] A identificação com a região é agora declarada só por 14% dos inquiridos, aparecendo a freguesia ou cidade onde vivem com 41,1% e a ilha com 26%. Se tomarmos estes dois últimos níveis como indicadores de um localismo, embora em graus diferenciados, detectamos o fraco peso da identidade regional.

O caso dos Açores torna-se, assim, exemplar para o estudo dos processos de construção e identificação identitárias a nível regional, assim como da eficácia simbólica ou não das ideologias regionalistas e dos movimentos regionalistas.

Esta última parte da comunicação procura avançar com alguns dados preliminares da investigação que temos em curso. Num primeiro ponto apresentaremos o diagnóstico e as propostas avançadas quanto à unidade regional e à cultura regional de agentes políticos no poder e de alguns agentes culturais. Num segundo ponto, avançaremos com a análise de algumas entrevistas, focando três temáticas: unidade regional, níveis de identificação pessoal, significado dos símbolos

regionais (bandeira e hino açorianos).^[5]

a) Do bairrismo à unidade: intenções e construções

Logo no Programa Eleitoral do Partido Social-Democrata de 1976 se estabelece como prioritária

a construção da unidade açoriana.^[6]

“Constituindo embora uma região perfeitamente delimitada do ponto de vista geográfico, o Arquipélago dos Açores tem estado, desde o princípio do povoamento, e descontada a experiência pombalina, aliás infeliz, dos capitães-generais, dividida do ponto de vista administrativo. Um tal estado de coisas tem actuado como factor de exacerbação de conflitos interilhas, dando origem a bairrismos e ressentimentos, que seria imprudente e mesmo impossível ignorar.

... A experiência, a iniciar agora, de um governo autónomo regional é um dado de facto novo, que esperamos venha a ter importante influência na consolidação da unidade açoriana.” (Amaral, 1995: 26).

O projecto político de construção de uma identidade e unidade regionais aparece explícito. No II Programa de Governo (1980-1984) só é feita uma referência de passagem quanto à necessidade de cimentar a unidade (Amaral, 1995: 123). No III Programa de Governo (1984-1988) o tom é já triunfalista sendo que “...o povo dos Açores venceu o desafio da unidade e da solidariedade, criando e pondo a funcionar pela primeira vez em quinhentos anos de história um parlamento e um só governo...” (Amaral, 1995: 171). A unidade política considera-se que foi atingida, prolongando-se na construção de uma identidade própria e permitindo dizer que “afirmara-se, uma vez mais,

a açorianidade”. Foi conseguida, segundo o mesmo texto, a quebra do tradicional isolamento e divisionismo e o reforço da coesão entre as ilhas. Nos dois Programas seguintes (1988-1992; 1992-1996) mantém-se o objectivo de reforçar a solidariedade e a unidade entre as ilhas, acentuando-se agora mais a vertente cultural do projecto autonómico sendo que “...um dos fundamentos mais importantes da Autonomia Açoriana é pois a cultura do nosso Povo...” (Amaral, 1995:255).

A nível político, sobretudo no partido dominante, há uma consciência clara da necessidade de construir uma unidade e identidade açorianas, que permitam ultrapassar os chamados bairrismos. Essa política de identidade será veiculada sobretudo através da socialização escolar, de uma política cultural fortemente interventiva e do apoio às actividades desportivas.

No campo cultural, apesar das contradições e lutas que o perpassam, escolhemos para análise um texto que consideramos paradigmático de Victor Pereira da Rosa e de Salvato Trigo (1990)¹² Começam por considerar que a insularidade tem duas dimensões: a geográfica e a psicológica. A dimensão geográfica classificam-na de insularidade e a psicológica de açorianidade. Esta última tem como elementos nucleares o mar, o vulcanismo e a sismicidade. Tais factores conduzem a uma forte religiosidade simultaneamente pagã e cristã. Por outro lado, segundo os autores “há um escalonamento temporal e espacial no processo de insularidade. Primeiro, é-se insular geograficamente; depois é-se insular psicologicamente; por fim é-se insular culturalmente” (Rosa e Trigo, 1990:19). Chega-se ao conceito de açorianidade quando, ultrapassando-se o conceito de arquipélago cultural e das diferenças culturais entre as ilhas, se consegue uma unidade filosófica. Para os autores o regionalismo — entendido no sentido da separação cultural entre as ilhas — só é ultrapassado no séc. XIX e para isso terá havido uma grande contribuição da emigração. Esta unidade consubstancia-se no conceito de mátria açoriana que estabelece a diferença para a pátria. “Pátria e mátria não se confundem, não se conflituam, antes se completam. A mátria dá justificação à açorianidade; a pátria justifica a portugalidade” (op. cit.:19). A açorianidade apresenta-se, assim, para os autores como uma etnicidade, através do processo de transformação dos traços culturais da pátria. O esforço de construção cultural e científica de uma identidade açoriana fica patente na breve apresentação acima feita. Por um processo de naturalização e antropologização, procura-se a legitimidade e imposição simbólicas de uma entidade regional, diferenciada e una, plena de uma espessura temporal e geográfica.

b) A unidade impossível? “cada ilha um pedaço do seu mundo”

Aqui procura-se, pela análise de algumas entrevistas, verificar como são construídas subjectiva e discursivamente as realidades do arquipélago e das ilhas. Também se pretende apreender como são geridos os diferentes dilemas ideológicos e práticos dos entrevistados, e como se relacionam com os discursos políticos e culturais dominantes.

Os entrevistados apresentam um certo consenso quanto ao papel do Governo Regional, nos últimos 19 anos, na aproximação socioeconómica entre as ilhas, sobretudo no que respeita ao forte investimento em infra-estruturas. Também salientam o seu papel na afirmação da região perante o exterior. Mas, reconhecem que subsistem clivagens. Francisco, 30 e tal anos, natural do Faial e técnico na administração regional em S. Miguel, afirma que “ah o bairrismo existe e é bom que exista porque é

(.), desde que seja um bairrismo, portanto, com uma certa medida, não é?¹⁴ Não vamos ser eufóricos em termos de bairrismo (uh,uh). Portanto, eu penso que o bairrismo é fundamental para uma pessoa que goste da sua terra, não é? (uh,uh). Ninguém gosta que a sua terra seja desprezada.” Apesar de viver em S. Miguel e ter tido uma trajectória ascendente a nível escolar, não deixa de defender a sua ilha, pautando os seus argumentos na dimensão geográfica e no poder económico diferenciados e

numa questão pessoal de honra. Para Luís, 50 e tal anos, sindicalista, pároco, funcionário da Segurança Social, natural de S. Miguel “...quem vai a diversas ilhas tem a percepção de cada ilha continua a ser um pedaço do seu mundo”. Este aspecto fica bem resumido por Miguel, 40 e tal anos, assistente universitário, natural de S. Miguel, quando afirma que “...não está aqui em causa o projecto, o que está em causa é que a população muitas vezes continua com um bairrismo ancestral. Mas é preciso que se note que isto não se verifica exclusivamente a a a à ao divisionismo e ao bairrismo interilhas (uh,uh), mas eh podemos verificar isso mesmo ao nível dos concelhos”.

Factores que todos os entrevistados acham que contribuem para a manutenção das fronteiras simbólicas e culturais entre as ilhas são: a forma diferenciada como são vividas as festas e o papel da imprensa no reforço das especificidades de ilha e até concelhias. A nível institucional, para alguns entrevistados, o facto do Governo Regional estar disperso por três ilhas aparece com um indicador da falta de unidade real. Por outro lado, também posição semelhante têm todos ao afirmarem que os intelectuais, nomeadamente na literatura, se pensam e se apresentam como açorianos, contribuindo para uma visão unitária do espaço regional a nível cultural, não deixando de salientar as especificidades de cada ilha. A televisão e a rádio (sobretudo RDP também são vistas como meios que promovem o sentimento de unidade açoriana.

Quanto à identificação pessoal, os níveis activados variam. Os entrevistados que estão mais próximos do poder político apresentam como primeira identificação os Açores. Miguel reconhece que a sua identificação com os Açores só emergiu após concluir os estudos, sendo também uma

consequência da sua área de trabalho na Universidade. “... a vivência que se tinha na altura (uh), o desconhecimento que tinha dos Açores, eu aí nessa altura diria a certamente primeiro que tudo era micaelense. A a evidentemente que hoje não falo assim, de maneira nenhuma. A minha experiência, a vivência da autonomia e também o estudo, a minha formação a conduzem-me a pensar primeiro como açoriano”. Joana, 20 e tal anos, professora no secundário, dirigente partidária, define-se como açoriana, mas ao dar a sua resposta com bastante entusiasmo activa um dilema ideológico (patriotismo/regionalismo/separatismo) completando a resposta da seguinte forma: “...claro que depois há o respeito pela pátria (uh), e acho que a noção de pátria é muito importante. Eu defendo que nós aqui pela forma de nos sentirmos ilhéus e açorianos...somos até mais portugueses do que lá, e sabemos e temos a nossa maneira peculiar de ser portugueses no meio do Atlântico, mas sermos portugueses aqui...e sei ser açoriana sendo portuguesa e sei ser portuguesa nos Açores...”. Os outros entrevistados colocam como primeiro nível identitário Portugal, escalonando os outros níveis de forma diferenciada. Aparece como forte em todos a ligação à localidade ou à cidade onde habitam ou de onde são naturais. Carla, 30 e tal anos, técnica na administração regional em S. Miguel, natural do Continente, afirma que se identifica com a paisagem e a qualidade de vida nos Açores. A sua identificação não denota quaisquer vertentes afectivas ou emocionais em relação aos Açores. Os símbolos regionais também provocam reacções diferenciadas. Pode-se falar de um *continuum* de identificação pessoal e afectiva com esses símbolos. Carla e Miguel, avançando exactamente com os mesmos argumentos apresentados para a identificação com a região, são os que assumem uma forte ligação à bandeira ou ao hino (este mais discutível para Miguel). António, 50 e tal anos, escritor, professor primário, natural de S. Miguel, sente que estes símbolos não lhe dizem “... Nada, rigorosamente nada. Para já o hino foi aprovado sem saber quem é que tinha feito aquela música...”. Mas Luís resume melhor as respostas dos que se posicionam no pólo de não identificação com os símbolos regionais. Afirma que “...não me sinto emocionado a ouvir o o hino da autonomia (risos) e já me senti, e já me senti bastante a a ouvir e a cantar o hino nacional (sim senhor). Ele a mim é muito mais forte a componente nacional, digamos patriótica, se assim se pode dizer, do que a a componente regional. Isto é muito fresco, isso é muito recente, não há pátria açoriana”. Francisco tem uma posição intermédia, mas que demonstra em parte a eficácia relativa da estratégia de procurar relacionar os símbolos regionais com o calendário e com as músicas religiosas. Os símbolos açorianos (bandeira e hino) não têm muita importância para ele mas, como católico, acha que o hino, por estar ligado às festas do Espírito Santo, lhe diz alguma coisa e também aos açorianos.

Conclusão

Referências Bibliográficas

- Almeida, Onésimo Teotónio (org.) (1983), A Questão da Literatura Açoriana, Angra do Heroísmo, Secret. Reg. de Educação e Cultura;
- Almeida, Onésimo Teotónio (org.)(1987) Da Literatura Açoriana. Subsídios para um Balanço, Angra do Heroísmo, Secret. Reg. de Educação e Cultura;
- Amaral, Carlos (1990), “Regionalismo e Estado Regional” in Arquipélago. Ciências Sociais, nº 5;
- Amaral, João Bosco Mota (1995), Autonomia e Desenvolvimento, Ponta Delgada, Jornal da Cultura;
- Barreto, António (1994), “Autonomia Regional, Descentralização e Limites ao Poder Político: Reflexões sobre o Caso Açoriano” in Análise Social, vol. XXIX, nº 1-2;
- Boismenu, Gerar et. al. (1983), Espace Regional et Nation: Pour un Nouveau Débat sur le Québec, Montreal, Boréal Express;
- Bourdieu Pierre (1989a),” A Identidade e a Representação. Elementos para uma Reflexão Crítica sobre a Ideia de Região” in O Poder Simbólico, Lisboa, Difel;
- Bourdieu Pierre (1989b) O Poder Simbólico, Lisboa, Difel;
- Bourdieu Pierre (1989b),” A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo Político” in O Poder Simbólico, Lisboa, Difel;
- Bourdieu, Pierre (1980), Le Sens Pratique, Paris, Minuit;
- Braga da Cruz, Manuel (1988), “Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual. Alguns Resultados de Um Inquérito” in Nação e Defesa, 49, Jan-Março;
- Braga da Cruz, Manuel (1992), “Europeísmo, Nacionalismo, Regionalismo” in Análise Social, vol. XXVII, 118-119;
- Cordeiro, Carlos (1992), Insularidade e Continentalidade. Os Açores e as Contradições da Regeneração (1851-1870), Coimbra, Minerva;
- Daveau, Suzanne (1991) “Comentários e Actualização” in Orlando Ribeiro, Herman Lautensach e Suzanne Daveau, Geografia de Portugal. Vol. IV, A Vida Económica e Social, Lisboa Edições João Sá da Costa, 1991;

- Dulong, René (1978), La Région, L' Etat et la Societé Locale, Paris, P.U.F.;
- Enes, Carlos (1994), A Economia Açoriana Entre as Duas Guerras, Lisboa, Salamandra;
- Feldman-Bianco, Bela (1994), "Múltiplas Camadas de Tempo e Espaço: (Re) Construções da Classe, da Etnicidade e do Nacionalismo entre Imigrantes Portugueses" in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 38, Dezembro;
- Ferreira, Medeiros (1993), Portugal em Transe (1974-1985), Oitavo Volume da História de Portugal, direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores;
- Figueiredo, Ernesto (1988), Portugal - Que Regiões? Algumas Propostas de Delimitação Regional para o Continente Português, Braga, Instituto Nacional de Investigação Científica;
- Gaspar, Jorge (1982), "Regionalização: Uma Perspectiva Sócio-Geográfica" in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 100, nº 1-6, 7-12;
- Gaspar, Jorge (1987), Ocupação e Organização do Território. Retrospectiva e Tendências, Portugal. Os Próximos 20 Anos, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Gaspar, Jorge (1993), "Geografia e Ordenamento do Território. Dos Paradigmas aos Novos Mapas" in Colóquio-Ciências, Setembro;
- Hadjimichalis, Costis (1987), Uneven Development and Regionalism. State, Territory and Class in Southern Europe, Londres, Croom Helm;
- Harloe, Michael et al. (orgs.)(1990), Place, Policy and Politics. Do Localities Matter?, Londres, Unwin Hyman;
- Hebbert, M. (1987), "Regionalism: A reform Concept and its Application to Spain" in Environment and Planning C: Government and Policy, vol. 5;
- João, Maria Isabel (1991), Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas, Lisboa, Edições Cosmos;
- Jodelet, Denise (org.) (1989), Les Représentations Sociales, Paris, PUF;
- King, R. L. (1987) "Regional Government: The Italian Experience" in Environment and Planning C: Government and Policy, vol. 5;
- Markusen, Ann (1983), "Region and Regionalism" in Frank Moulaert e Patricia Salinas (orgs.), Regional Analysis and the New International Division of Labor, Boston, Kluwer Nijhoff;
- Medeiros, Carlos Alberto(1991), Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana, Lisboa, Editorial Estampa;
- Meistersheim, Anne (1991), Territoire et Insularité. Le Cas de la Corse, Paris, Publisud;
- Mesquita, Mário (1987), A Regra da Instabilidade, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda;
- Mingione, Enzo (1993), "Italy: The Resurgence of Regionalism" in International Affairs, vol. 69, nº 2;
- Monjardino, Álvaro (1981), O Fenómeno Português.Uma Abordagem à História de Portugal e a Experiência dos Açores : Um Sistema de Governo Regional, Angra do Heroísmo, Sep. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira;
- Monjardino, Álvaro (1989), "Raízes da Autonomia Constitucional", in Anais do II Colóquio Internacional de História da Madeira, Funchal, Sec. Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Centro de Estudos de História do Atlântico ;
- Paasi, Anssi (1986), "The Institutionalization of Regions: A Theoretical Framework for Understanding the Emergence of Regions and the Constitution of Regional Identity" in Fennia, 164;
- Paz Ferreira, Eduardo (1993), "O Poder Autónimo" in António Reis (coord.), Portugal. 20 Anos de Democracia, Lisboa, Círculo de Leitores;
- Pina Cabral, João de (1991), Contextos da Antropologia, Lisboa, Difel;
- Pollak, Michael (1993), Une Identité Blessée. Etudes de Sociologie et d ' Histoire, Paris, Métailié;
- Porto, Manuel Lopes e Jorge Gaspar(1986), "Mobilidade Demográfica e Regionalização au Portugal" in Pierre Pellegrino, La Théorie de l'Espace Humain. Transformations Globales et Structures Locales, Genebra, CRAAL-FNSRS, UNESCO;
- Putnam, Robert (1993), Making Democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy, New Jersey, Princeton University Press;
- Reis, Luísa e Margarida Dias (1993), "Grupos e Valores de Referência Socio-Políticos" in Luís França (coord.), Portugal, Valores Europeus Identidade Cultural, Lisboa, Instituto Estudos para o Desenvolvimento;
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1986), "Do Rural ao Urbano: O Associativismo como Forma de Sobrevivência" in Análise Social, vol. XXII, 91;
- Rosa, Victor Pereira e Salvato trigo (1990), Contribuição ao Estudo da Emigração nos Açores, Angra do Heroísmo, Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas;
- Santos, Boaventura Sousa (1994), Pela Mão de Alice Porto, Edições Afrontamento;
- Silvano, Filomena (1994), "Gerir as Distâncias: Mobilidade e Recomposição Identitária" in Antropologia Portuguesa, 12 ;

Smith, Carol (1976), Regional Analysis, 2 volumes, Nova Iorque, Academic Press;
Touraine, Alain et al. (1981) Le pays Contre L'État. Luttés Occitanes, Paris, Seuil;
Urry, John (1981), "Localities, Regions and Social Classes" in International Journal of Urban and Regional Research, vol 5, nº 1;

- [1] Na mesma lógica ver Figueiredo (1988) e Medeiros (1991).
- [2] Amaral (1990).
- [3] No caso de Luísa Reis e Maragarida Dias os dados não corroboram a afirmação (na pág 265, op. cit.) de que nos Açores há um fenómeno regionalista. Só 26% dos açorianos disseram, neste estudo, identificarem-se com a região onde vivem (23% a nível nacional) e 39% disseram identificarem-se com a terra - povoação ou cidade- onde moram (40% a nível nacional). Quanto a Suzanne Daveau, (1991:1283), esta autora afirma, baseando-se em Jorge Gaspar, que "... A afastada posição insular dos Açores à Madeira levou *com naturalidade* à sua autonomia administrativa..." (sublinhado nosso).
- [4] Este inquérito faz parte de um projecto mais vasto intitulado "Classes e Estruturas de Classe em Portugal" que está a decorrer no Centro de Estudos Sociais-Coimbra e que é financiado pela JNICT (projecto nº PCSH/C/SOC/760/93). Foi aplicado nos Açores entre Julho e Novembro de 1995.
- [5] Aqui apresentaremos só os dados de 6 entrevistas de um total de 48 realizadas na ilhas Terceira e S. Miguel, entre Junho e Setembro de 1995. Estas entrevistas foram realizadas com dirigentes associativos, jornalistas, deputados regionais, sindicalistas, párcos, presidentes de junta de freguesia, intelectuais e professores universitários e técnicos da administração regional.
- [6] Que é publicado na obra em análise como o Programa do I Governo Regional, com o argumento de que o Estatuto Provisório não exigia a aprovação formal de um programa de governo (Amaral, 1995:8).